

07 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Colégio de corregedores é contra aplicação do novo CPC

Para os corregedores-gerais dos tribunais de Justiça, o novo Código de Processo Civil não é aplicável aos Juizados Especiais, inclusive no que diz respeito à contagem de prazos. Para os corregedores, os prazos nos juizados deve ser contados em dias corridos e não em dias úteis, como determina o novo CPC.

O posicionamento dos corregedores está firmado na Carta de Cuiabá, documento elaborado após o 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge).

Assim, os corregedores-gerais de todo o Brasil avalizaram o entendimento da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi. No dia 18 de março, data em que o novo CPC entrou em vigor, a ministra defendeu nota técnica do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje) pela inaplicabilidade do artigo 219 do novo CPC, que estabelece a contagem dos prazos em dias úteis, aos Juizados Especiais.

Segundo a ministra, desde sua entrada em vigor, a Lei 9.099/1995 — que criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais — convive com o Código de Processo Civil de 1973. Estabeleceu-se que as disposições do CPC não se aplicam ao rito dos processos em tramitação nos Juizados Especiais Cíveis na fase de conhecimento, mas apenas na fase de cumprimento de sentença.

Para a corregedora, a adoção da nova regra de contagem de prazos prevista no novo CPC atenta contra os princípios fundamentais dos processos analisados pelos Juizados Especiais, como a simplicidade, a economia processual e, sobretudo, a celeridade.

07 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Nova resolução sobre concurso para cartórios avança no CNJ

A comissão de eficiência operacional e gestão de pessoas do Conselho Nacional de Justiça aprovou proposta para atualizar a Resolução 81/2009, que dispõe sobre concursos públicos para a outorga de delegações de notas e de registros. O procedimento estava sob relatoria do presidente da comissão, conselheiro Norberto Campelo, e agora será liberado para inclusão em pauta e discussão no plenário do CNJ.

“Estamos propondo alterações com base nos assuntos que mais foram discutidos pelo plenário do CNJ nos últimos anos a partir de casos concretos”, explica o conselheiro Norberto Campelo.

Entre os temas tratados no texto, que consolidou sugestões apresentadas pelos conselheiros nos últimos meses, estão o peso das provas, a questão de títulos e critérios e prazos para apresentação de documentos. A Resolução 81 foi aprovada em 2009 e até o momento passou por duas atualizações, em 2010 e 2014.

A comissão ainda aprovou a proposta para a conversão da Recomendação CNJ 27/2009 em resolução, atendendo às exigências do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

A norma entrou em vigor em janeiro deste ano e “assegura o acesso da pessoa com

deficiência à Justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva” (Artigo 79), além de considerar que a recusa em atender as pessoas com deficiência seja crime (Artigo 88). A proposta também será levada para discussão pelo plenário do CNJ.

O relator do procedimento, conselheiro Norberto Campelo, acatou sugestões dos demais conselheiros para permitir que os tribunais tenham autonomia para definir questões relativas a prazos e orçamentos para as adaptações necessárias, ouvidas as comissões locais especializadas. “O Brasil começou a se preocupar com o tema muito recentemente, e o CNJ está cumprindo seu papel ao dar agilidade às transformações necessárias”, observou o relator.

Outra proposta aprovada e que agora irá ao plenário do CNJ é a atualização da Resolução 34/2007, que dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional. “Nós atualizamos o texto a partir de uma demanda que veio da Ouvidoria do CNJ, questionando se a participação de magistrados em palestras pode ser considerada como atividade docente”, explicou o relator, conselheiro Carlos Eduardo Dias.

A comissão ainda deu parecer favorável a possível termo de cooperação para a destinação de veículos retidos ou apreendidos por decisões judiciais que se encontram em pátios de polícias ou entidades de trânsito — somente na Polícia Rodoviária Federal, são mais de 12 mil carros em pátios

aguardando posicionamento definitivo da Justiça.

“A ideia é que o CNJ possa dar meios para que os magistrados decidam com mais segurança sobre a liberação de bens para leilões”, explica o conselheiro Norberto Campelo. A comissão encaminhou o tema para a Corregedoria Nacional de Justiça, que deverá propor a operacionalização do acordo.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ proíbe divórcio consensual e em cartório para mulheres grávidas

07 ABR 2016

Separação ou divórcio consensual em cartório não é possível caso a mulher esteja grávida. Foi o que determinou o Conselho Nacional de Justiça ao alterar a Resolução 35/2007, que trata do procedimento.

A alteração na resolução foi aprovada de forma unânime pelos conselheiros do CNJ na 9ª Sessão do Plenário Virtual. E resulta do trabalho da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, assim como do julgamento de um procedimento de competência de comissão, de relatoria do conselheiro Carlos Eduardo Dias.

O procedimento tratava da hipótese em que a mulher está grávida e deseja optar pela separação ou divórcio consensual. Para Dias, permitir o procedimento nos cartórios, nesses casos, poderia gerar risco de prejuízo ao nascituro, que pode ter seus direitos violados — como no caso, por exemplo, da partilha de um bem comum com outro filho capaz.

Assim estabeleceu-se que o divórcio ou separação por escritura pública não é possível quando a mulher está grávida, da mesma forma como ocorre no caso da existência de filhos menores ou incapazes. Os conselheiros destacaram que os pais devem informar a gravidez nos casos em que ela ainda não estiver evidente, mas que não cabe ao tabelião investigar o fato, o que exigiria um documento médico e burocratizaria o processo.

07 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Congresso de Direito Eleitoral reúne especialistas de todo o Brasil em Curitiba

Com a presença de autoridades e do prefeito Gustavo Fruet foi aberto, ontem, no Teatro Positivo, o 5º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. Até amanhã, estão previstas palestras, debates e minicursos sobre a legislação eleitoral brasileira. Mais de 2.200 pessoas participam do evento, entre juristas, advogados e ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral terá 60 palestrantes, incluindo dez ministros e ex-ministros do TSE. Está programada também uma agenda de eventos simultâneos para o ExpoUnimed, também no campus da Universidade Positivo. A organização é do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (Iprade) em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (Ibrade) e Universidade Positivo.

Ao longo do congresso, acontecerão três debates quem têm como temas "As Mulheres e o Poder", "Direito Eleitoral, Internet e Segurança da Informação" e "Prestação de Contas Eleitorais".

"Receber um evento tão representativo como este é muito importante para Curitiba, pois dá muita visibilidade para a cidade. É um congresso que debate temas mais que atuais, diante da crise política que vivemos, que tem um impacto muito grande sobre o processo eleitoral. Então, nós esperamos que este congresso possa estabelecer alguns caminhos, num momento de tanta divergência no país," disse Gustavo Fruet, na abertura do evento.

Os minicursos, todos com duas horas de duração, tratarão dos seguintes temas: inelegibilidades, propaganda eleitoral, horário eleitoral gratuito, condutas vedadas, impactos do Novo CPC no Direito Eleitoral, contencioso eleitoral, crimes eleitorais, direito eleitoral e imunidade tributária, pesquisas eleitorais e cinema e política.

07 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Gilmar Mendes e Versiani, o advogado de Dilma, em Curitiba



Advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o "Kakay", o ministro do STF Gilmar Mendes, e os ex-ministros Ayres Britto e Arnaldo Versiani

Se apenas fossem citadas as presenças e contribuições dos ministros Ayres Britto, Sepúlveda Pertence, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, dentre outros notáveis do Direito e da Justiça, isso já seria suficiente para classificar o Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral - em realização em Curitiba, e até sexta, 8 - de feito excepcional. Mas as contribuições vão muito mais adiante.

Por exemplo: O ativíssimo ministro Gilmar Mendes, faz parte de um corpo de mais de 60 palestrantes -- entre eles 10 ministros e ex-ministros -- em conferências, painéis e debates sobre assuntos de extrema importância para brasileiros,

em ano de eleições municipais.

O simpósio de dimensão nacional, no Teatro Positivo-Unimed, traz a Curitiba o creme de juristas, ministros, acadêmicos e advogados que, em função de seus trabalhos, ocupam bom espaço no dia a dia do noticiário brasileiro de hoje. Além de Mendes, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o "Kakay" -- defensor de muitos VIPs e da vida empresarial e política brasileira -, Arnaldo Versiani, advogado da presidente Dilma Rousseff, se revezam em conferências e painéis.

EXPERIÊNCIA

Participarão dos debates advogados

com grande experiência em direito eleitoral e que trabalham para nomes famosos da política nacional, como Arnaldo Versiani, que defende a presidente Dilma Rousseff; Gustavo Bonini Guedes, que trabalha para o vice-presidente Michel Temer; Carlos Bastos, Marilda Silveira José Alckmin, advogados de Aécio Neves; e Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que ajudou a elaborar o texto que resultou no impeachment do ex-presidente Fernando Collor e atualmente defende uma dezena de acusados na operação Lava Jato.

A programação completa do evento está disponível no site do Iprade: <http://congresso.iprade.com.br>.

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Réus colaboradores negam parte de fatos na Justiça

Pelo menos duas pessoas interrogadas pelo juiz Juliano Nanuncio não confirmaram teor de depoimentos prestados em acordos de delação com o Ministério Público

Caso não se confirme o teor das denúncias, os réus colaboradores podem não ter direito aos benefícios previsto na delação

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em três dias de interrogatórios de réus colaboradores do processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, pelo menos duas pessoas negaram parte dos fatos que assumiram como verdadeiros em depoimentos prestados em acordos de delação premiada com o Ministério Público (MP).

Ontem, Daniela Feijó, mulher do principal delator do esquema, o auditor Luiz Antonio de Souza, ao ser interrogada pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, negou o teor de seu depoimento. Porém, confrontada pela promotora Leila Schimitti, acabou admitindo que a empresa Paraná Cash, registrada em seu nome, era, de fato, operada pelo marido e usada no esquema de cobrança de propina e sonegação fiscal operado por auditores da Receita Estadual.

Na terça-feira, o adminis-

trador de uma empresa de alumínio (que também trabalhava em outras duas empresas de fachada utilizadas para emitir milhões em notas frias e abastecer o suposto esquema criminoso) para também reviu pontos de sua delação.

A promotora explicou que, muitas vezes, os interrogados ou testemunhas negam os fatos como estão narrados na denúncia, ou seja, não concordam com a tese jurídica, mas confirmam a existência dos fatos tão como afirmaram nos depoimentos.

Porém, outras vezes, por outros motivos, os delatores acabam não confirmando as declarações dos termos de delação premiada. A promotora explicou que em todos os casos de colaboração premiada serão analisados ao final do processo. "Na aferição do conteúdo de todas as delações premiadas vai ser realmente feito esse cotejo de todos esses elementos envolvidos e somente subsistirão

efetivamente aquelas delações que se mostrarem consistentes diante de todo o conjunto probatório."

Caso não se confirme o teor das denúncias, os réus colaboradores podem não ter direito aos benefícios previstos no acordo de delação. "Esse é um dos requisitos, uma das exigências da lei para que se leve ao termo final todos os benefícios da delação premiada", salientou a promotora. "O Ministério Público não tem interesse que os fatos fiquem obscuros e não concorda com qualquer tipo de mentira ou de omissão da verdade. Portanto, a instrução processual é justamente a oportunidade de se chegar à verdade real de todos os fatos."

CONTINUA

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

"DELAÇÃO-GUARDA-CHUVA"

Sobre o interrogatório de Daniela, seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, sustenta que ela reafirmou o que havia declarado ao MP. "Foi satisfatório, mesmo porque em nenhum momento ela poderia colaborar com as investigações, já que não tinha conhecimento do esquema. Ela vem a reboque de uma delação-guarda-chuva do Luiz Antonio", afirmou.

O advogado do administrador também garantiu que seu cliente corroborou o que havia declarado. "A denúncia vai além do termo (de delação) e faz suposições abstratas que vão além do que meu cliente havia declarado", disse Carlos Lamerato.

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça manda Caixa liberar depósitos judiciais

Adriana De Cunto
Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que a Caixa Econômica Federal (CEF) repasse 50% dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos que tenham como uma das partes o Estado do Paraná para a Conta Única do Tesouro do Estado. A decisão foi divulgada ontem pelo Tribunal.

Primeiramente, o Estado tentou ter acesso a esses recursos em 2015 com o Tribunal de Justiça (TJ), que é responsável pela guarda dos depósitos. Como a solicitação foi negada, o Estado ajuizou ação contra a Caixa para ter acesso ao dinheiro, alegando descumprimento da Lei Complementar 151/2015, que determina o repasse de até 70% dos valores de depósitos judiciais, que formam o fundo de reserva do Estado, para utilização da administração no cumprimento de compromissos financeiros.

Segundo o TRF4, a CEF alegou a inexistência de identificação do CNPJ dos órgãos da administração indireta nos cadastros, o que impossibilitaria a liberação, devido à pendência na comprovação do Estado como parte nos processos. O governo alega que o atraso representará prejuízo, visto que os valores terão que ser repassados pelo Estado com remuneração pela taxa Selic e com multa.

Para a relatora do acórdão, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, a utilização dos depósitos judiciais foi uma alternativa criada pelo Congresso Nacional para que os estados possam fazer frente à crise econômica nacional. Segundo ela, “essa possibilidade não pode ser prejudicada por entraves burocráticos levantados pela CEF”. A desembargadora ressaltou que problemas existentes poderão ser solucionados posteriormente. Conforme Marga Tessler, isso justifica a liberação de apenas parte do total, ou seja, 50% dos depósitos. “Para a hipótese de haver entre os depósitos parcela não titulada por ente estadual, suficiente seria a reserva de 50% dos valores para atender a imaginadas inconsistências”, concluiu.

A assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) lembrou que o pedido inicial foi pela liberação de 70%, conforme estipulado pela Lei Complementar 151, de 5 de agosto de 2015. O valor envolvido ainda depende de verificação por parte da CEF, disse a PGE, em nota enviada à imprensa. “Tendo como base a mesma Lei Complementar, estão incluídos na decisão todas as ações judiciais que envolvem o Estado, tributárias ou não tributárias”, informou a Procuradoria, ressaltando ainda que a “utilização dos recursos pelo Estado será feita de acordo com as disposições do artigo 7.º da Lei Complementar 151”.

A **FOLHA** procurou a assessoria de imprensa da CEF, mas até o fechamento da reportagem o banco não havia comentado a decisão do TRF4.

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

MP pede autorização à AL para criar mais 120 cargos

No dia anterior, deputados já tinham
aprovado mensagem instituindo 58 novas
funções; impacto financeiro supera
R\$ 16,6 milhões por ano

AL

MP pede autorização
para contratar 120 servidores
depois de obter permissão para
criar 58 cargos comissionados.

Despesa total será de
R\$ 16,6 milhões/ano

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Depois de conseguir junto à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná a autorização para criar 58 cargos comissionados, com salários de R\$ 6,9 mil a R\$ 7,2 mil, por meio do projeto de lei 85/2016, o Ministério Público (MP) enviou mais uma mensagem à Casa, solicitando a livre contratação de 120 servidores, cujos vencimentos são estimados entre R\$ 3,5 mil e R\$ 3,9 mil. A matéria 114/2016 passou ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), devendo ser apreciada em plenário na próxima semana. Os 178 novos funcionários custarão aos cofres pú-

blicos, a partir de 2017, o total de R\$ 16,621 milhões por ano. As despesas decorrem da dotação orçamentária do próprio órgão.

No caso do PL 85, aprovado ontem em segundo turno, por 30 votos favoráveis, cinco contrários e duas abstenções, as vagas seriam para assessoramento das procuradorias de Justiça, Cíveis e Criminais. O impacto financeiro mensal, considerando março deste ano, é estimado em R\$ 623,1 mil, o que corresponde a um acréscimo de 1,31% na folha de pagamento, hoje na ordem de R\$ 6,69 milhões. Já o 114 tem como objetivo compor os serviços auxiliares necessários às atividades institucionais das promotorias de Justiça de entrância final e inicial. Eles se dividem em dois tipos: 32 de simbologia 4-C e 88 de simbologia 5-C. O custo previsto, a partir de abril, é de R\$ 663,5 mil, o que significa um aumento de 1,47% na folha.

Presente ontem à sessão ordinária da AL, para prestar contas de sua gestão, o atual procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, argumentou ser preciso melhorar a estrutura de apoio às procuradorias e promotorias, que estariam defasadas. "Há muito tempo se tem apenas um assessor por procurador e a demanda é muito grande, o volume de processo aumenta expressivamente. Então, nós temos com isso o propósito de alcançar uma estrutura não ideal, mas possível, que ofereça um apoio técnico para o procurador melhor desempenhar a sua função. Lembramos inclusive que estruturas similares do próprio Judiciário em segundo grau têm um número mais bem elevado de assessorias."

CONTINUA

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para Giacoia, cujo mandato termina amanhã, com a posse de Ivonei Sfoggia, não seria possível, nestas situações, contratar os funcionários por meio de seleção pública. "Nós fizemos recentemente um concurso para ampliar o corpo de servidores efetivos, mas neste caso não teria sentido que um procurador, tal qual um desembargador, tal qual um ministro, tivesse uma assessoria superior sem ter uma relação de confiança", justificou. O líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), também defendeu a proposta. "Bendito é o País ou o Estado que tem um MP aparelhado. Temos um percentual do orçamento que é para poder garantir, com autonomia, uma gestão que muitas vezes contraria interesses."

O líder da oposição, Requião Filho (PMDB), por sua vez, pediu aos promotores e procuradores "coerência do discurso com a prática". "O MP exige desta Casa concurso público, exige dos nossos prefeitos concurso público até para contratação do advogado do município, entra com improbidade administrativa contra cada um dos 399 prefeitos do Paraná e pede hoje (ontem) 180 cargos, mais de R\$ 20 milhões de impacto no orçamento, para o qual quando faltar algum dinheiro vai nos pedir a suplementação", criticou.

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Democracia e impeachment: golpe?

Luiz Regis Prado e
Diego Prezzi Santos

Muito se tem comentado sobre o impeachment ou impedimento hoje no Brasil. Por exemplo, insistem alguns que se trataria de uma espécie de "golpe", inclusive, certo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) assim se manifestou. Com isso, nota-se total balburdia que se têm propagado a respeito do impeachment. O absurdo e a incongruência dessas posturas chegam às raízes da elementar incompreensão e demonstram a falta de maturidade jurídico-político que grassa a sociedade brasileira atual.

Ora, sabe-se, desde há muito (século 19), que o impeachment nada mais é que um instituto jurídico constitucionalmente previsto para apelar do governo o presidente incapaz e que atua contra a Constituição e as leis, de modo nocivo aos interesses do país. Isso, além de óbvio, serve para encetar debates, manifestações diversas de membros do governo e da oposição. Onde estamos, afinal?! Os falastrões de tribunais, de partidos, de entes públicos e causídicos, costumeiramente de plantão, têm contribuído apenas para disseminar inverdades, engodos, no intuito de mascarar posições ideológicas, político-partidárias ou de interesses nada republicanos.

E o povo brasileiro? Deve seguir ignorante, confuso, às cegas diante do porvir?! É notório e patente nesse momento, o acerto da lição de Umberto Eco quando diz que nas redes sociais, na internet, as pessoas falam o que querem, sem saber do que falam, prestando, na realidade, desserviço ao outro.

É o bastante! O povo brasileiro, ainda que tido por alguns como alienado ou ignorante, está cansado dessa lama que escorre pelo país.

O que é o impeachment, afinal? Qualquer estudante de Direito, por mais obtuso que seja, sabe que se trata de instrumento legal e utilíssimo em países de presidencialismo republicano, onde o poder daquele que governa é imenso, e não pode ser também abusivo. Para tanto, é indispensável que seja devidamente limitado pelo ordenamento jurídico, sob pena de instituir-se uma espécie de "ditadura" do poder governante. Essa lição basilar e ululante é antiga, muito antiga, sobre ela já versava com percuciência meridiana Montes-

quieu em 1764.

Aos poderes são imprescindíveis freios e contrapesos, é fundamental que haja limites ao seu exercício e estes somente podem constar na Constituição (art.85) e nas leis (Lei 1.079 de 1950).

Os dispositivos que visam responsabilizar o presidente da República, no exercício de suas funções, pela prática de comportamentos lesivos a bens e interesses gerais, são consequências mais do que naturais de tão importante atribuição que é de gerir corretamente a "coisa pública". Dito isto, percebe-se o quanto é risível e disparatado falar-se em "golpe". Por favor! Trata-se de falácia, de asneirada, maliciosa e deliberada, no sentido de disseminar a dúvida, a abulia e o temor, em benefício dos detentores do poder.

Tem sido evidenciada, claramente, a prática de crime de responsabilidade, de atentado à Constituição da República e à Lei 1.079 de 1950, em prejuízo estonteante à ordem jurídica, política, econômica e social.

É hora de deixar de lado as arengas, sejam políticas, sejam jurídicas, sejam de qualquer cor, credo ou forma. Faz-se necessário mais do que nunca a emersão da consciência cívica relativa ao exercício responsável do poder, da gestão da "coisa pública", pertencente a todos os brasileiros.

Nada mais se encarece do que responsabilizar-se o presidente por agir no exercício de seu cargo em

descompasso com os ditames legais.

República, não se olvide, implica responsabilidade do agente político pelos atos praticados. O impeachment tem sua razão de ser exatamente para aquele que viola o texto constitucional, as leis, atuando de forma abusiva, ao arrepio do Estado democrático de Direito. A palavra derradeira cabe ao Poder Legislativo Federal, à Câmara dos Deputados e, especialmente, ao Senado, como órgão julgador do presidente da República faltoso. Nesse momento difícil da vida nacional é preciso que deputados federais e senadores atuem como verdadeiros representantes do povo e da democracia.

LUIZ REGIS PRADO é jurista em Londrina com atuação no Brasil e na Europa e
DIEGO PREZZI SANTOS é professor universitário e advogado em Londrina

66

*O impeachment tem
sua razão de ser
exatamente para
aquele que viola o
texto constitucional*

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Impeachment de ministro do STF

O grupo Movimento Brasil Livre protocolou ontem no Senado um pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, devido a sua decisão que determinou à Câmara dos Deputados dar seguimento ao pedido de impeachment do vice-presidente Michel Temer. Para o grupo, Marco Aurélio passou por cima da separação dos Três Poderes da República ao intervir em um ato do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que havia arquivado o processo contra Temer. Caberá ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), decidir se aceita ou não o pedido.

Novo procurador

O procurador de Justiça Ivonei Sfoggia será empossado amanhã no cargo de procurador-geral de Justiça. A solenidade acontece às 18h30, no auditório Poty Lazzarotto do Museu Oscar Niemeyer (Rua Marechal Hermes, 999, Centro Cívico), em Curitiba. Sfoggia foi eleito com 473 votos dos membros do Ministério Público (MP) do Paraná, em pleito realizado no dia 14 de março. Ele substitui Gilberto Giacoia que ficou à frente da instituição por quatro anos (considerando primeira e segunda gestão).

07 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Diarista vira diretora em prefeitura do Paraná

Carlos Ohara

Folhapress

Campo Mourão - No final de março, Ofélia Paulino foi a uma rádio de Campo Mourão (Centro-oeste) pedir ajuda para encontrar emprego como doméstica. Poucos dias depois, foi nomeada diretora-geral da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da cidade, com salário de cerca de R\$ 7 mil. Como Ofélia, outras dez pessoas ganharam cargos de chefia na prefeitura após os titulares se desincompatibilizarem dos cargos para disputar as eleições para a Câmara Municipal. Em cinco casos, os substitutos são mulheres - ou namorada - ou filhos. As nomeações foram assinadas pela prefeita Regina Dubay (PR), que não quis comentar a medida.

Na segunda-feira, o "Diário Oficial" do município publicou a nomeação de Roseli Pereira Stanziola para substituir o marido César Stanziola como titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Roseni Galdino assumiu a direção geral da Secretaria de Ação Social no lugar do marido Sebastião Galdino. Na Secretaria de Assunto de Governo, Gevilsson Bruno da Silva foi nomeado para ocupar o cargo de diretor no lugar do pai Antonio Gilson Da Silva. O secretário de Fiscalização, Edoel Rocha, cedeu o cargo ao filho Edoel Idilio Rocha.

O salário de um secretário em Campo Mourão, cidade de 90 mil habitantes, é de cer-

ca de R\$ 11,7 mil. Diretores de departamentos recebem aproximadamente R\$ 3.700 mensais, com gratificação de 100%.

Na cidade, a nomeação mais polêmica foi a de Ofélia Paulino. O vereador Sidnei Jardim (PPS), que apresenta um programa em uma emissora de rádio da cidade e atende telefonemas de moradores em busca de emprego, disse que no dia 24 de março Ofélia entrou ao vivo no programa anunciando que estaria em busca de vaga para diarista ou mensalista. Segundo o vereador, a mulher teria relacionamento amoroso com Ademir Franco Lima, o Pezão, que ocupava anteriormente era diretor-geral da Secretaria de Meio Ambiente, novo cargo de Ofélia. Por telefone, Pezão não quis falar sobre a nomeação de Ofélia para seu antigo cargo e se irritou ao ser questionado se ela é sua namorada. "Quem te disse isso? Ela não é minha namorada. Sobre a nomeação você tem que ver com a prefeita. O cargo é dela, não é meu", disse. A reportagem não conseguiu contato com Ofélia.

Para o jurista Rodrigo Pironi Aguirre de Castro, especialista em direito administrativo, as nomeações são ilegais e configuram nepotismo. "Por mais que exista a permissibilidade de nomeação para alguns cargos, ela fica reprovada diante dos princípios da impessoalidade e moralidade."

07 ABR 2016

GAZETA DO POVO

Relator vê indício de crime e recomenda continuidade de impeachment de Dilma

Comissão tem duas sessões para votar o relatório do deputado federal Jovair Arantes

BRASÍLIA

| *Estadão Conteúdo*

◆ Relator do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o deputado Jovair Arantes (PTB-GO) concluiu, em seu parecer apresentado nesta quarta-feira (6), haver indícios de que a petista cometeu crimes de responsabilidade e, por isso, deve ter seu impedimento julgado pelo Congresso Nacional.

Levantamento revela que a Comissão Especial tem ao menos 32 votos favoráveis ao impeachment. São necessários 33 para que o parecer do relator seja aceito. A partir de agora, a comissão tem mais duas sessões para debater o documento e, ao final, votar o parecer, o que deve ocorrer na segunda-feira (11). Até o início da noite de quarta, já havia 106 inscritos para a discussão, que pode entrar pelo fim de semana.

No relatório de 128 páginas, Arantes citou a abertura de créditos suplementares por decreto presidencial sem autorização do Legislativo e a contratação ilegal de operações de crédito, as chamadas pedaladas fiscais. Ele repassou ao Senado a responsabilidade de decidir sobre a análise das denúncias decorrentes da Operação Lava Jato, inclusive

as denúncias da delação premiada do ex-líder do governo no Senado Delcídio Amaral (sem partido-MS).

Apesar disso, o deputado considerou os fatos "extremamente graves e relevantes". "A magnitude e o alcance das violações praticadas pela presidente da República, em grave desvio dos seus deveres funcionais e em quebra da grande confiança que lhe foi depositada, justifica a abertura do excepcional mecanismo presidencialista do impeachment", pontuou Arantes em mais de três horas de leitura.

Em seu voto, o relator rejeitou alegações da defesa, inclusive a que apontou que deflagração do processo de impeachment foi motivada por vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Afirmou ainda que as pedaladas fiscais mostram "sérios indícios de inconstitucionalidade, ilegalidade e irresponsabilidade fiscal" e que, se confirmados, "representam condutas gravíssimas e conscientes de desrespeito a um Poder da República".

Segundo o relator, a denúncia apresentada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal "preenche todas as condições relativas à sua admissibilidade". Deputados aliados do Palácio do Planalto pretendem apresentar voto em separado para se contrapor ao parecer do relator.

"Há sérios indícios de conduta pessoal dolosa da presidente da República que atentam contra a Constituição."

Jovair Arantes, relator da comissão do impeachment na Câmara dos Deputados.

CONTINUA

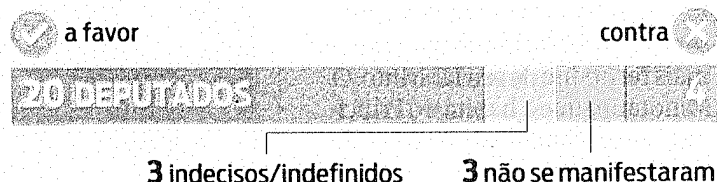
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

07 ABR 2016

PLACAR DO IMPEACHMENT

Veja o posicionamento dos 30 deputados do Paraná diante da votação do impeachment da presidente Dilma:



 Alex Canziani (PTB)	 Luciano Ducci (PSB)
 Alfredo Kaefer (PSDB)	 Luiz Carlos Hauly (PSDB)
 Christiane Yared (PR)	 Luiz Nishimori (PR)
 Diego Garcia (PHS)	 Marcelo Belinati (PP)
 Dilceu Sperafico (PP)	 Nelson Padovani (PSDB)
 Evandro Roman (PSD)	 Osmar Serraglio (PMDB)
 Fernando Francischini (SD)	 Rubens Bueno (PPS)
 Giacobo (PR)	 Sandro Alex (PPS)
 Leandre (PV)	 Takayama (PSC)
 Leopoldo Meyer (PSB)	 Paulo Martins (PSDB)

CONTRADIÇÂMENTO

Enio Verri
(PT)

Toninho Wandscheer (Pros)

Nelson Meurer
(PP)

Zeca Dirceu
(PT)

Assis do Couto
(PDT)

Ricardo Barros
(PP)

Aliel Machado
(Rede)

NOSSA MÃE DO LADO

Sérgio Souza
(PMDB)

João Arruda
(PMDB)

Hermes Parcianello
(PMDB)

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

VOTO DO RELATOR

Veja os pontos principais que embasaram o relatório:

PEDALADAS FISCAIS

Decretos presidenciais para abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e na contratação ilegal de operações de crédito.

IRRESPONSABILIDADE FISCAL

Descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orçamentária Anual (LOA) quando editou decretos de crédito suplementares sem adotar meios para atingir a meta fiscal.

PARCELA DO TCU

Defendeu que a apuração de crime de responsabilidade independe de avaliações do Tribunal de Contas da União (TCU), que rejeitou as contas do governo Dilma de 2014. O Congresso ainda precisa avaliar essa decisão.

CRISE EM PIM

Cita as crises econômica, financeira e política e diz que "o governo perdeu a credibilidade aos olhos da nossa sociedade".

SENGOLPE

Diz que o processo de impeachment não é golpe de Estado, pois visa a preservar valores éticos, jurídicos e administrativos.

GAZETA DO POVO

O relatório do impeachment

07 ABR 2016

A decisão do relator da comissão especial do impeachment, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), de ler apenas o voto, em vez da íntegra de seu relatório, economizando tempo na sessão desta quarta-feira — e considerando que as 130 páginas seriam entregues aos membros de qualquer maneira —, não deixa de ser um símbolo da celeridade com que o processo tem sido tratado na Câmara dos Deputados. Não é para menos: o Brasil está parado, à espera de uma decisão do Congresso Nacional sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. E a tentativa de atrapalhar, no grito, a leitura do relatório por parte dos governistas também não deixa de ser um símbolo da estratégia que o petismo vem adotando desde o início: menos debate de ideias, e mais barulho e retórica.

O relatório de Jovair Arantes não traz nenhuma novidade em relação a tudo aquilo que o país já conhece: o uso de artifícios fiscais por parte da presidente Dilma Rousseff com o objetivo de maquiar a situação contábil do governo federal, com o objetivo de passar a impressão de que as contas públicas estavam em ordem, quando na verdade estavam sendo necessárias operações de crédito da ordem de dezenas de bilhões de reais envolvendo bancos estatais como a Caixa Econômica Federal, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O relatório ainda menciona a omissão da presidente diante da pilhagem da Petrobras executada no esquema que vem sendo desvendado pela Operação Lava Jato. O texto contempla a defesa da presidente, apresentada pela Advocacia-Geral da União, e por fim apresenta o voto de Arantes. O relator deixa claro que este não é o momento de decidir se Dilma é culpada ou inocente — isso cabe ao Senado; o trabalho da Câmara é definir a admissibilidade do processo, e a conclusão de Arantes é a de que todos os

O relatório repete o óbvio, mas era imprescindível para mover a máquina do impeachment

requisitos necessários estão presentes para que o plenário da Câmara aprove a abertura do processo de impeachment de Dilma.

Por mais que repita o óbvio, o relatório era peça imprescindível para mover novamente a máquina do impeachment. Na sexta-feira os membros titulares e suplentes da comissão começarão a discursar, apresentando argumentos contra e a favor da remoção da presidente, e depois disso a comissão votará o relatório. Para que se cumpra a previsão de realizar essa votação na segunda-feira, talvez seja necessário que as sessões de debate avancem pelo fim de semana, o que deputados governistas já contestam. O presidente da comissão, Rogério Rosso (PSD-DF), deu sua opinião: “Não há dispositivo constitucional dizendo que o Congresso não pode trabalhar [no fim de semana]. A opinião pública quer que o Congresso trabalhe, inclusive no fim de semana”. Não há dúvida: na ausência de proibição legal, seria ideal que a comissão não interrompesse suas atividades.

Com os dias 17 ou 18 de abril dispondo como as datas mais prováveis para a votação no plenário da Câmara, têm aumentado as movimentações de bastidores. Dilma tenta comprar votos como se não houvesse amanhã. No campo oposto, os movimentos de rua favoráveis ao impeachment vêm priorizado o corpo-a-corpo com os deputados, mas também se preparam para organizar grandes manifestações na véspera da votação, ou no dia da sessão decisiva (que também pode se estender por mais de um dia). Mas a população não deve esperar até lá para fazer sua parte. A partir desta edição, a **Gazeta do Povo** publicará e atualizará a posição dos deputados paranaenses sobre o impeachment. Conheça o que pensa o seu representante e manifeste a ele, pelos canais que a própria Câmara oferece, a sua opinião. É assim que se exerce a cidadania.

07 ABR 2016

GAZETA DO POVO

Impeachment de ministro do STF é rejeitado

Grupo protocolou denúncia contra Marco Aurélio Mello; além dele, mais quatro magistrados já foram alvos de pedidos semelhantes

Rosana Felix, com Folhapress

● Pelo menos cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já foram alvo de pedidos de impeachment nos últimos anos, segundo dados do Senado, que é responsável por analisar e julgar tais denúncias. Um novo protocolo, pedindo o impeachment do ministro do STF Marco Aurélio Mello, foi oficializado na Casa na tarde de ontem pelo Movimento Brasil Livre (MBL), mas arquivado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

O senador comunicou sua decisão ao plenário na noite de ontem e, durante sua fala, teceu críticas veladas à decisão do ministro que determinou à Câmara dos Deputados dar seguimento ao pedido de impeachment do vice-presidente Michel Temer (PMDB). Apesar das críticas, Renan afirmou que o ministro não cometeu crime de responsabilidade, como alegado pelo MBL.

Para o MBL, Marco Aurélio agiu de forma “desleixada” (desidiosa) ao interferir no funcionamento do Legislativo. Ontem, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou um requerimento para apensar a denúncia contra Temer ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). O ex-ministro da Educação Cid Gomes protocolou novo pedido contra Temer ontem.

Histórico

O próprio Marco Aurélio foi alvo da denúncia mais antiga por crime de responsabilidade que consta do banco de dados do Senado. Em 2001, o autor do pedido, Laudemiro de Souza, alegou que ele “errou” ao conceder habeas corpus em caráter liminar ao Coronel Washington Vieira da Silva, que estava preso por tráfico de drogas em aviões da Força Aérea Brasileira.

Nenhuma das denúncias prosperou, porém. Também foram alvo de pedidos individuais de impeachment o então ministro Nelson Jobim, em 2005, o ministro Gilmar Mendes (2005) e Dias Toffoli (2015). Segundo notícia do Senado publicada em 17 de outubro de 2012, a Mesa do Senado arquivou um pedido de impeachment conjunto contra Mendes, Toffoli e Joaquim Barbosa. O banco de dados do Senado, porém, não dá mais detalhes desse pedido.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

“Não sou semideus”, diz Marco Aurélio

BRASÍLIA

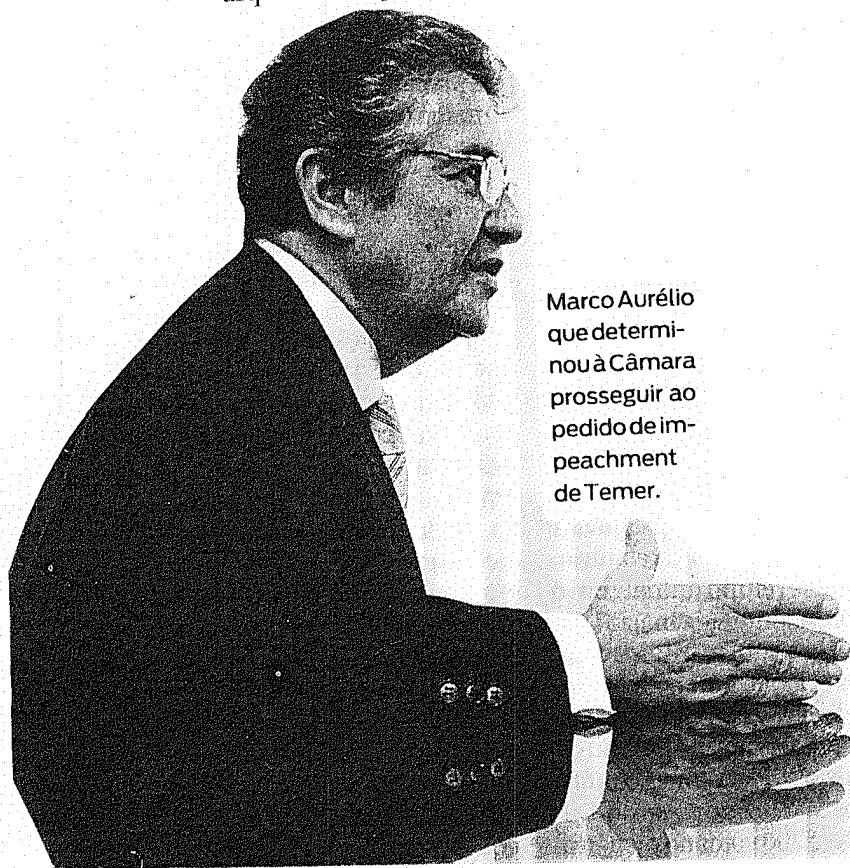
Estadão Conteúdo

● O ministro do STF Marco Aurélio Mello disse ontem que não é um “semideus” e, portanto, poderá ser questionado no Congresso. Ele também afirmou que espera que as instituições do país funcionem com “mais tranquilidade” no processamento do caso.

“Sou juiz há 37 anos e eu apenas busco servir e servir com pureza da alma e a partir da minha ciência e consciência e nada mais. Processo para mim não tem capa, tem conteúdo.”

Marco Aurélio negou que a decisão dele sobre o pedido de impedimento do vice-presidente Michel Temer (PMDB) na Câmara tenha provocado tumulto no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e pediu paciência sobre o caso. “Não podemos fechar o protocolo do Tribunal. O interessante é que as instituições funcionem.”

Na terça-feira (5), o ministro concedeu uma liminar obrigando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a aceitar um pedido de impeachment de Temer que havia sido arquivado em janeiro.



Marco Aurélio que determinou à Câmara prosseguir ao pedido de impeachment de Temer.

07 ABR 2016

Janot é alvo de sete solicitações de impedimento

● A Lei nº 1.079 de 1950, a mesma que regula o pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT), não traz nenhuma menção a crimes de responsabilidade do vice-presidente. Mas o texto diz que o Senado tem a prerrogativa de analisar as denúncias e julgar os crimes de responsabilidade dos ministros do STF e do Procurador-Geral da República.

O atual ocupante do cargo, Rodrigo Janot, também é alvo de pedidos de impeachment: sete, no total. Todos foram apresentados pelo senador Fernando Collor de Mello, após se tornar alvo de inquéritos da Operação Lava Jato. Os sete pedidos contra Janot ainda aguardam leitura no Senado.

Os ministros de Estado também podem sofrer impeachment por crimes de responsabilidade. Nesse caso, a Lei nº 1.079 determina que a Câmara é o tribunal de pronúncia — analisa a admissibilidade da denúncia — e o Senado é o tribunal de julgamento. Outros que podem sofrer impedimento são governadores e secretários de estados. Neste caso, a denúncia é analisada e julgada pelas respectivas assembleias legislativas. (RF)

MAIS UM CRIME

Em março deste ano, representantes da bancada evangélica apresentaram projeto para incluir mais um item no rol de crimes de responsabilidade dos ministros do STF: usurpar competência do Legislativo ou Executivo. A proposta é justificada pelo o que os autores chamam de ativismo judicial dos ministros do STF.

CONTINUA

07 ABR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NÃO ALVO

Além do presidente, saiba quem pode ser alvo de denúncia de crime de responsabilidade e com isso ficar impedido de exercer o cargo, segundo a Lei nº 1.079/50:

Ministros do STF — alterar, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do tribunal; proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa; exercer atividade político-partidária; ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo; proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções.

Ministros de Estado — por atos assinados com o presidente da República ou por ordem deste praticarem; pela ausência, sem justificação, perante a Câmara dos Deputados ou o Senado, ou qualquer das suas comissões, quando houver convocação para pessoal-

mente prestarem informações acerca de assunto previamente determinado; não prestarem dentro de 30 dias e sem motivo justo informações solicitadas pela Câmara ou Senado.

Procurador-geral da República — emitir parecer, quando, por lei, seja suspeito na causa; recusar-se à prática de ato que lhe incumba; ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições; proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Governadores ou secretários de estado — praticar os crimes de responsabilidade previstos no texto da lei.

REAÇÃO

Temer critica decisão sobre seu impeachment

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

● O vice-presidente Michel Temer (PMDB) disse ontem que ficou "extremamente espantado" com a decisão do ministro do STF Marco Aurélio Mello. O vice também criticou e chamou de "jeltinho" a proposta de convocar eleições gerais para resolver a crise po-

lítica. "Eu tenho o maior respeito [pelo ministro], mas confesso que fiquei extremamente espantado no plano jurídico com a liminar que foi concedida", disse. Constitucionalista renomado, Temer afirmou que, quando leu o despacho, pensou que teria que "voltar ao primeiro ano da faculdade de Direito para reaprender", e argumentou que a decisão não respeitava a ordem jurídica. Defendeu ainda que não cometeu "pedaladas fiscais".

07 ABR 2016

BEMPARANÁ

Para cada criança na adoção, há cinco famílias na espera

Problema no Paraná é que menos de 1% dos pretendentes aceita receber maiores de sete anos

Rodolfo Luis Kowalski —

Segundo dados da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, no dia 1º de abril constava no sistema do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) um total de 3.913 pretendentes (casais ou pessoas sozinhas) e 815 crianças e adolescentes para adoção no Paraná. Isso significa que para cada criança há cinco adotantes que poderiam ser seus pais, mas não são (e provavelmente não serão). O problema é que a maioria das famílias espera por crianças de pouca idade.

É que dos 3.913 pretendentes à adoção no Estado, somente 35 (ou 0,9% do total) aceitam receber crianças com idade entre 7 e 17 anos. Essa faixa etária, contudo, é a maioria entre as que aguardam por uma família, respondendo por 562 das 815 crianças que esperam pelo acolhimento — ou seja, 69% dos jovens para adoção não se encaixam no perfil desejado pela esmagadora maioria dos adotantes.

Ainda segundo os dados da CNA — neste caso os dados nacionais —, 87,5% dos pretendentes desejam adotar uma criança com idade entre 0 e 5 anos e 9,67% aceitam

crianças com idade entre 6 e 8 anos. A partir do nono aniversário, porém, conseguir uma família que acolha essas crianças é uma raridade, com o índice de adotantes que aceitam receber crianças com idade entre 9 e 17 anos variando entre 0,06% (até 16 anos de idade) e 1,03% (até 10 anos de idade).

Perfil no Paraná — Voltando ao Paraná, no ano de 2014 foram 35 adoções de crianças com idade entre 7 e 17 anos (18,72% do total). Em 2015, foram 54 adoções (22,69%), enquanto em 2016, até o final de março, foram nove (22,5%). Embora lento, os preconceitos acerca da adoção tardia vão sendo superados. Um exemplo é o casal Toni Reis e David Harrad. Há 26 anos juntos, eles são pais de três crianças adotadas tardiamente — Alyson, Felipe e Jéssica (os dois últimos irmãos biológicos).

Quando deram início ao processo de adoção, em 2005, Toni e David queriam adotar uma criança com idade entre 0 e 5 anos. Depois de fazerem o curso obrigatório para pretendentes resolverem abrir o leque e adotar uma criança mais velha. O processo de adoção, porém, foi lento, até pelo fato de

terem sido um dos primeiros casais homossexuais a tentar adotar uma criança. Enquanto os colegas de curso levaram cerca de um ano, Toni e David tiveram de esperar sete até finalmente conseguir adotar Alysson, na época com nove anos de idade.

CONTINUA

07 ABR 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Adaptação exige paciência

O processo de adaptação ao adotar uma criança mais velha, porém, não é fácil, conta Toni Reis, principalmente no caso da primeira adoção. A primeira dificuldade foi o choque "entre-mundos". É que o menino vinha da comunidade de uma favela e estava em uma família cujo pai acolhedor era bastante religioso e intransigente com relação ao homossexualismo. Além disso, vivenciou a dolorosa experiência de separação de sua família, da qual foi tirado por motivos de maus tratos, e havia passado por mais de sete abrigos, nos quais sofria repressão e duros castigos.

"Tivemos que nos entender. A comida era diferente, a música, o volume da voz, os palavrões. Tivemos que ir modulando. É um passo de dança, pais e filhos tem que dançar a valsa. As vezes dá uma pisada no pé, mas a gente foi se reinventando na relação", explica Toni. "Algo que confirmamos que acontece é a regressão. Ele tinha nove anos e as vezes se comportava como uma criança de um ano. Quando ele queria que comprássemos alguma coisa e negávamos ele fazia birra. Aos poucos, porém, fomos conhecendo um menino inteligente, bem humo-

rado, comunicativo, encantador, carinhoso e extramente sociável", relata.

Questionado sobre quais os "requisitos básicos" para pais que querem adotar uma criança, Toni mostra serenidade. "Ter disponibilidade e não ter grandes expectativas. A expectativa, em verdade, tem de ser amar e ser amado. Não pode querer que o filho seja seu xerox, tua miniatura de pessoa. Eles são eles, e eles são uma caixinha de surpresa", afirma. "Essa satisfação de ver que a educação deu certo. Eles só precisavam ter uma chance, uma oportunidade", finaliza.

"Ainda existem muitos preconceitos com relação à adoção tardia. Temem encontrar uma criança com costumes e manias"

de Toni Reis, pai adotivo de Alyson, Felipe e Jéssica

RÁPIDA

Em alta

O número de crianças adotadas no Paraná vem crescendo nos últimos anos. Segundo informações da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, em 2014 haviam sido 187 adoções no estado. Em 2015, esse número saltou 27,27%, chegando a 238. Já em 2016, foram 40 adoções até o dia 1º de abril.

07 ABR 2016

Escutas

BEMPARANÁ

Defesa de Lula acusa Moro

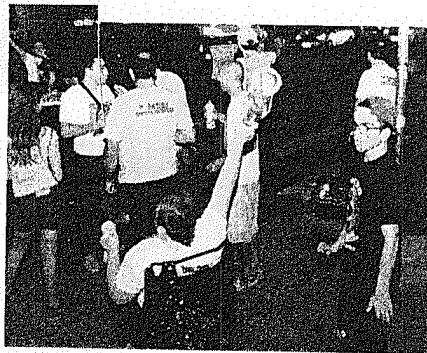
Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusaram ontem o juiz Sergio Moro de ferir a lei que regulamenta interceptação telefônica e pedem que o STF (Supremo Tribunal Federal) determine que ele seja investigado pelo Ministério Público Federal.

A defesa pede ainda que o STF envie o caso para o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região analisarem eventuais infrações administrativas e disciplinares cometidas pelo juiz no caso.

O motivo do novo embate entre a defesa de Lula e Moro é provocada pela a interceptação de um telefone. Os defensores argumentam ao STF que um dos números grampeados pela força-tarefa da Lava Jato pertencia ao escritório de advocacia que defende o ex-presidente, o Teixeira, Martins & Advogados.

Repúdio ao STF

Um grupo de manifestantes contrários ao governo da presidente Dilma Rousseff e insatisfeitos com as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) fizeram um ato no Centro



de Curitiba, ontem à noite. Além do impeachment de Dilma, os manifestantes pediam a dissolução do STF, conforme comunicado na página da rede social Facebook "Repúdio ao STF Covarde, Fora Lula, Fora Dilma", organizado pelo Movimento Curitiba contra a Corrupção. Os manifestantes se concentraram em frente à Praça do Homem Nú, à Rua Barão do Serro Azul, de onde seguiram até a frente da Justiça Federal, no bairro Ahú.

Segundo o MP

Empresa levava autoridades a erro

A força-tarefa da Operação Lava Jato afirmou, em petição ao procurador-geral da República Rodrigo Janot, que a LILS Palestras, Eventos e Publicações, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mudou o número do telefone da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica após a polêmica dos grampos envolvendo o petista.

Os procuradores que assinam o documento com data de segunda-feira afirmam que "tal situação, que revela possível alteração de provas, tem o único propósito de levar a erro as autoridades judiciais".

O escritório Teixeira, Martins & Advogados sustenta que o juiz Sérgio Moro, que conduz as ações da Lava Jato na 1ª instância, a pedido da força-tarefa, autorizou a interceptação do telefone celular de um dos advogados constituídos pelo ex-presidente Lula.

07 ABR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Relator dá parecer favorável ao impeachment de Dilma

Decretos assinados pela presidente teriam ferido Constituição

Após mais de duas horas de leitura de seu parecer, favorável à continuidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o deputado Jovair Arantes (PTB-GO), relator do caso na comissão especial da Câmara, prossegue apresentando seus argumentos. Com a voz rouca e aparentando cansaço, o deputado voltou a apresentar seus argumentos depois de um breve intervalo na sessão.

No texto, Jovair Arantes afirma que a chefe do governo feriu dispositivos constitucionais ao assinar decretos para abertura de crédito suplementar. Para o relator, houve "usurpação" de poderes do Legislativo e afronta à Lei Orçamentária. ■



No texto, Jovair Arantes afirma que a chefe do governo feriu dispositivos constitucionais ao assinar decretos para abertura de crédito suplementar

Arantes leu o parecer que deve ser votado na segunda-feira

JORNAL DO ÔNIBUS 07 ABR 2016

MPF diz que foi induzido a erro no caso de grampo



A força-tarefa das investigações da Operação Lava Jato informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que foi induzida a um erro que levou ao monitoramento de conversas do escritório de

advocacia responsável pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O escritório é chefiado por Roberto Teixeira, que também é investigado na Lava Jato junto com o ex-presidente e seus familiares.

A quebra do sigilo foi solicitada ao juiz federal Sérgio Moro com base em um número fixo de telefone fornecido pela empresa de palestras de Lula à Receita Federal, disponível para consulta no site do órgão. ●

Defesa de Lula pede investigação de Moro



A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu nesta quarta-feira (6) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a investigação do juiz Sérgio Moro por suposta interceptação ilegal de um telefone do escritório de advogados que o representam nas investigações. No pedido, a defesa solicita ao STF que determine ao Ministério Público Federal do Paraná a apuração do caso, mas reivindica que isso seja feito por setor da instituição "desvinculado" da Operação Lava Jato.

Além disso, pede apuração do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de eventuais infrações administrativas. De acordo com a defesa de Lula, Moro interceptou o principal ramal do escritório Teixeira, Martins & Advogados, ferindo a confidencialidade da relação entre o ex-presidente e seus defensores. ●

Sem depoimentos

A defesa do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), entrou ontem (6) no Supremo Tribunal Federal (STF) com um mandado de segurança para impedir que investigados na Operação Lava Jato prestem depoimento como testemunhas de acusação no processo disciplinar que tramita no Conselho de Ética da Casa. O pedido foi encaminhado à ministra Cármen Lúcia.

A quebra do sigilo foi solicitada ao juiz federal Sérgio Moro com base em um número fixo de telefone fornecido pela empresa de palestras de Lula

Renan nega pedido contra Marco Aurélio

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), determinou o arquivamento do pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio, apresentado nesta quarta-feira (6) pelo Movimento Brasil Livre (MBL).

Para Renan, não está

configurada a justa causa do crime de responsabilidade que teria sido cometido pelo ministro e alegado no pedido. Além disso, o advogado Rubens Nunes, coordenador do MBL, que assina o pedido, não anexou documentos necessários, como seu comprovante de quitação eleitoral. ●

07 ABR 2016

TRIBUNAL DO PARANÁ RELATOR FOI FAVORÁVEL

Deputados da oposição saíram de comissão satisfeitos ao ouvir parecer em favor do impeachment

Da Redação

geralredacao@tribunadoparana.com.br

Parlamentares da oposição saíram satisfeitos da reunião de ontem, da comissão especial de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, quando o relator, Jovair Arantes (PTB-GO), leu seu parecer a favor da admissibilidade do pedido de impedimento. Arantes leu seu voto por mais de quatro horas e se disse convicto de que as condutas atribuídas à Presidente, se confirmadas, não representam atos de menor gravidade, mas revelam sérios indícios de gravíssimos e sistemáticos atentados à Constituição Federal. Ele considerou ilegais as “pedaladas fiscais” e as classificou como crime de responsabilidade da presidente. “A União, sob o comando da Denunciada, transformou em regra o que deveria ser absolutamente excepcional: durante meses a fio, usou recursos do próprio Banco do Brasil, e não do Tesouro, pra bancar as ações de governo”, argumentou. Arantes ainda classificou as pedaladas como “operações de crédito ilegais” que ocor-



Reunião da comissão foi marcada por debates acalorados entre deputados.

reram de forma sistemática e em volumes expressivos. “Não há como afastar a possibilidade de autoria da denunciada”, disse. Aliados do Planalto sustentam que o relator entrou “no mérito” - quando só deveria ter opinado sobre a admissibilidade ou não - e que o parecer é “contraditório” sobre a delimitação do objeto do impeachment.

PLACAR

O relator afirmou ainda que se impeachment fosse golpe, não estaria na lei. Ele, inclusive, lembrou de pedidos de impeachment feitos por

parlamentares da base aliada do governo na época em que eles estavam na oposição. “Não se deve mudar de opinião por conveniência, de acordo com os interesses momentâneos e apenas porque os atores são outros”, afirmou. Segundo o deputado, são notórios os indícios de que o governo se valeu de seu controle sobre os bancos oficiais, conduta proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Até ontem à noite, o placar oficial de votos marcava 245 a favor, 58 indeciso, 110 contra e 11 deputados que não quiseram se manifestar. Oitenta e nove não responderam.